

Sumário

Capítulo 1 – O Direito Tributário 1

- 1.1. Conceito e definição de Direito Tributário 1
- 1.2. Outras formas de denominação da disciplina 3
- 1.3. Falso problema da autonomia 4
- 1.4. Importante distinção e reeducação – Direito Tributário e Ciências pré-jurídicas 5

Capítulo 2 – O Tributo 7

- 2.1. Acepções do vocábulo – noções gerais 7
- 2.2. O art. 3º do Código Tributário Nacional 9
- 2.3. Critérios (constitucional e legal) para a determinação da natureza tributária 12
- 2.4. Irrelevância da denominação e da destinação do fruto da arrecadação tributária – o art. 4º do Código Tributário Nacional 13
- 2.5. A doutrina de Geraldo Ataliba – tributos vinculados e não-vinculados à atuação do Estado 15
- 2.6. Impostos 17
- 2.7. Taxas 18
- 2.8. Contribuição de melhoria 20
- 2.9. Empréstimo compulsório 21
- 2.10. Tributos arrolados na Constituição Federal – breves noções 22

Capítulo 3 – Fontes do Direito Tributário 25

- 3.1. Concepção tradicional sobre a classificação das fontes do Direito 25
 - 3.1.1. Instrumentos introdutórios de normas – instrumentos primários e instrumentos secundários 26
 - 3.1.2. Constituição Federal 26
 - 3.1.3. Emendas à Constituição 28
 - 3.1.4. Lei Complementar 29
 - 3.1.5. Lei Ordinária 29
 - 3.1.6. Medida Provisória 30
 - 3.1.7. Lei Delegada 31
 - 3.1.8. Tratados e normas internacionais 32
 - 3.1.9. Regramento infralegal – normas complementares 34

Capítulo 4 – Vigência, Aplicação, Integração e Interpretação da Legislação Tributária 37

- 4.1. Existência, validade e eficácia das normas jurídicas 37
- 4.2. A vigência 37
 - 4.2.1. A vigência das normas tributárias no tempo 38
 - 4.2.2. A vigência das normas tributárias no espaço 40
 - 4.2.3. A vigência e a aplicação das normas jurídicas – o momento da geração dos efeitos 41
 - 4.2.3.1. As normas tributárias em especial 41
 - 4.2.3.2. A questão da retroatividade da norma tributária 42
 - 4.2.3.3. A questão da ultratividade da norma tributária – o art. 150, § 7º, da Constituição Federal 43
- 4.3. Métodos de interpretação das normas jurídicas 44
 - 4.3.1. Hermenêutica no Direito Tributário 46
 - 4.3.2. A interpretação das normas que definem infração e estabelecem sanções tributárias 48
 - 4.3.3. As normas de interpretação do Código Tributário Nacional 48
 - 4.3.4. Algumas palavras sobre as normas que estabelecem isenções e imunidades 49
- 4.4. Uma nova visão interpretativa: o Direito como um sistema de linguagem, e as doutrinas de Alfredo Augusto Becker e Paulo de Barros Carvalho 50

Capítulo 5 – Sistema Constitucional Tributário 51

- 5.1. Noções sobre a constitucionalização do Direito Tributário 51
- 5.2. Princípios constitucionais 52
 - 5.2.1. Princípios constitucionais gerais 52
 - 5.2.1.1. Princípio da certeza do Direito e da segurança jurídica 53
 - 5.2.1.2. Princípio republicano 54
 - 5.2.1.3. Princípio federativo 55
 - 5.2.1.4. Princípio da igualdade 57
 - 5.2.1.5. Princípio da legalidade 58
 - 5.2.1.6. Princípio da irretroatividade das leis 58

5.2.1.7. Princípio da universalidade da jurisdição	59
5.2.1.8. Princípio da isonomia das pessoas constitucionais	60
5.2.1.9. Princípio que assegura o direito de propriedade	61
5.2.1.10. Princípio que assegura a liberdade de trabalho	62
5.2.1.11. Princípio que assegura o direito de petição	62
5.2.1.12. Princípio da supremacia do interesse público ao do particular	63
5.2.1.13. Princípio da indisponibilidade dos interesses públicos	63
5.2.2. Princípios constitucionais tributários	64
5.2.2.1. Princípio da estrita legalidade	64
5.2.2.2. Princípio da anterioridade	65
5.2.2.3. Princípio da irretroatividade da lei tributária	66
5.2.2.4. Princípio da tipologia tributária	67
5.2.2.5. Princípio da proibição da utilização do tributo com efeito de confisco	67
5.2.2.6. Princípio da vinculabilidade da tributação	68
5.2.2.7. Princípio da uniformidade geográfica	69
5.2.2.8. Princípio da não-discriminação em razão da origem ou destino dos bens	69
5.2.2.9. Princípio da territorialidade da tributação	70
5.2.2.10. Princípio da indelegabilidade da competência tributária	71
5.2.2.11. Princípio da capacidade contributiva	71
5.3. A repartição constitucional das competências tributárias	72
5.3.1. A Constituição Federal como Carta das Competências e a questão das fontes dos tributos	73
5.3.2. Os impostos federais	73
5.3.3. Os tributos estaduais e distritais	82
5.3.4. Os tributos municipais	86
5.4. Limitações constitucionais ao poder/dever de tributar	90
5.4.1. Algumas considerações (limitações expressas e limitações implícitas)	91

-
- 5.5. Imunidades Tributárias 92
 - 5.5.1. A noção corrente de imunidade tributária 93
 - 5.5.2. Conceito de imunidade tributária 93
 - 5.5.3. A imunidade e a isenção: um paralelo 93
 - 5.5.4. As imunidades previstas – expressa e implicitamente – no texto constitucional 94

Capítulo 6 – Competência Tributária 97

- 6.1. Noções sobre competência tributária e capacidade tributária ativa 97
- 6.2. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade 97

Capítulo 7 – A Obrigação Tributária 99

- 7.1. Noção geral sobre as obrigações de caráter jurídico 99
- 7.2. Obrigações: principal e acessória 99
- 7.3. *Fato gerador* – uma expressão equívoca 100
- 7.4. A regra-matriz de incidência na doutrina de Paulo de Barros Carvalho 100
- 7.5. O critério pessoal da relação jurídica tributária 101
 - 7.5.1. Sujeito ativo 102
 - 7.5.1.1. Domicílio tributário do sujeito ativo 102
 - 7.5.2. Sujeito passivo 102
 - 7.5.2.1. O domicílio e a capacidade do sujeito passivo 103
 - 7.5.2.2. Solidariedade de terceiro 103
 - 7.5.2.3. Responsabilidade de terceiro 104
- 7.6. O tempo como fator determinante da responsabilidade tributária 104
- 7.7. A identificação do *quantum* tributável 104
 - 7.7.1. A base de cálculo 105
 - 7.7.2. A alíquota 105

Capítulo 8 – Crédito Tributário e Lançamento 107

- 8.1. Noções sobre crédito tributário e as concepções do Código Tributário Nacional 107
- 8.2. Do lançamento tributário 108
 - 8.2.1. Conceito 108

-
- 8.2.2. Alterações 109
 - 8.2.3. Modalidades 109
 - 8.2.4. Auto de infração e lançamento 110

Capítulo 9 – Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário 111

- 9.1. Noção geral – a suspensão é da exigibilidade do crédito e não do crédito mesmo 111
- 9.2. Moratória 111
- 9.3. Depósito do montante integral 113
- 9.4. Impugnações e recursos na esfera administrativa 113
- 9.5. Liminar em mandado de segurança 114
- 9.6. Outras medidas judiciais 114
- 9.7. Parcelamento 115

Capítulo 10 – Extinção do Crédito Tributário 117

- 10.1. A extinção das relações jurídicas 117
- 10.2. As causas de extinção, conforme o código tributário nacional 117
 - 10.2.1. Pagamento 117
 - 10.2.2. Compensação 119
 - 10.2.3. Transação 120
 - 10.2.4. Remissão 120
 - 10.2.5. Decadência e prescrição 121
 - 10.2.6. Conversão do depósito em renda 121
 - 10.2.7. Pagamento antecipado e homologação do lançamento 121
 - 10.2.8. Consignação em pagamento 122
 - 10.2.9. Decisão administrativa irreformável 122
 - 10.2.10. Decisão judicial passada em julgado 122
 - 10.2.11. Dação em pagamento 123
- 10.3. Outras causas de extinção não previstas expressamente no rol do art. 156 do CTN 123

Capítulo 11 – Exclusão do Crédito Tributário 125

- 11.1. Noções sobre a teoria das isenções 125
- 11.2. Anistia 125

Capítulo 12 – Garantias e Privilégios do Crédito Tributário	127
12.1. Noções gerais	127
12.2. Presunção de fraude	128
12.3. Preferências	128
12.4. Quitação de tributos e a necessidade de sua prova	129
Capítulo 13 – Administração Tributária	131
13.1. Noções gerais	131
13.2. Dívida ativa	131
13.3. Certidões negativas	132
Bibliografia	133